



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Recebido, 13 de Dez 2021  
13 DEZ 2021



PROTOCOLO	ESTADO DE RONDÔNIA Assembleia Legislativa 13 DEZ 2021 Protocolo: 23/2021 23/2021	PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	023/2021
	AUTOR: COLETIVO		
<p>Altera e acrescenta dispositivos ao artigo 136-A da Constituição Estadual.</p> <p><b>A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA</b>, nos termos do § 3º do artigo 38 da Constituição do Estado, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:</p> <p>Art. 1º Ficam alteradas as redações do <i>caput</i> do artigo 136-A e de seus §§ 2º, 3º e 8º da Constituição Estadual, que passam a vigorar com a seguintes redações:</p> <p>“Art. 136-A. As emendas individuais ao Projeto de Lei Orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.</p> <p>.....</p> <p>§ 2º As dotações decorrentes de emendas parlamentares e de iniciativa de bancada de parlamentares serão identificadas na Lei Orçamentária Anual.</p> <p>§ 3º São vedados o cancelamento ou o contingenciamento, total ou parcial, por parte do Poder Executivo, de dotação constante da Lei Orçamentária Anual, decorrente de emendas de parlamentares e de iniciativa de bancada de parlamentares.</p> <p>.....</p> <p>§ 8º Quando a transferência obrigatória do Estado, para a execução da programação prevista no § 1º e 9º deste artigo, for destinada aos Municípios, independência da adimplência do ente federativo destinatário e não integrará a base de cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal de que trata o <i>caput</i> do artigo 138.” (NR)</p> <p>Art. 2º Ficam acrescentados os §§ 9º e 10 ao artigo 136-A da Constituição Estadual, que passam a vigorar com a seguintes redações:</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	Nº
	AUTOR: COLETIVO		
<p>“§ 9º A garantia de execução de que trata o § 1º deste artigo aplica-se também às programações incluídas por todas as emendas de iniciativa de bancada de parlamentares de Estado, no montante de até 1% (um por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.</p> <p>§ 10. As programações orçamentárias previstas nos §§ 1º e 9º deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica.” (NR)</p> <p>Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Plenário das Deliberações, 13 de dezembro de 2021.</p>			





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PROTOCOLO		PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO	Nº
	AUTOR: COLETIVO		
<p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>Nobres Parlamentares,</p> <p>A presente propositura altera as redações do artigo 136-A e de seus §§ 2º, 3º e 8º, assim como acrescenta os §§ 9º e 10 ao artigo 136-A da Constituição Estadual com a finalidade de adequar à metodologia que se encontra em vigor na Constituição Federal por meio da Emenda Constitucional nº 100, de 26 de junho de 2019, que “Altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária proveniente de emendas de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal.”</p> <p>Com a medida, as referidas emendas serão de execução obrigatória pelo Poder Executivo no percentual de até 1% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior. E, na hipótese de eventual contingenciamento no orçamento, as programações das emendas serão reduzidas na mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas.</p> <p>Assim, a regra reestabelece o equilíbrio entre os Poderes, já que o Poder Executivo mantém a sua prerrogativa de reavaliar as receitas e despesas, enquanto o Poder Legislativo resguarda sua participação na elaboração de políticas públicas.</p> <p>Dessa forma, propomos a presente proposição e contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação desta Emenda à Constituição do Estado.</p> <p><i>(Múltiplas assinaturas manuscritas em azul)</i></p>			